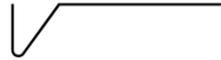


A Teoria Social no Antropoceno



Herlaine Ferreira¹

Resumo

As mudanças climáticas estão cada vez mais evidentes através dos eventos extremos que colocam a humanidade a refletir sobre os impactos de sua ação na natureza ao longo do tempo. A modernidade buscou seu desenvolvimento sem considerar a esfera natural como componente de sua estrutura social, no entanto, o aquecimento global coloca em xeque não apenas a capacidade de ação da política holocênica, como toda a cultura que sustentou nossa sociedade até aqui. Neste cenário de mudanças climáticas, cabe à Teoria Social realizar um novo e eficaz diagnóstico de tempo capaz de auxiliar nossos atores a perceber os riscos atuais e as ferramentas necessárias para uma reflexividade da ação antrópica sobre o planeta. Neste artigo, nos propomos a entender a importância e as possibilidades de críticas da Teoria Social no contexto do Antropoceno.

Palavras-chave: Teoria Social; Teoria Crítica; Antropoceno; Mudanças Climáticas.

Abstract

Climate change is increasingly evident through extreme events that cause humanity to reflect on the impacts of its actions on nature over time. Modernity sought its development without considering the natural sphere as a component of its societal structure; however, global warming include in the discussion not only the capacity for action of the Holocene politics, but also the entire culture that has sustained our society until now. In this scenario of climate change, it is up to Social Theory to make a new and effective time diagnosis capable of helping our actors to perceive the current risks and the necessary tools for a reflexivity of anthropic action over the planet. In this article, we propose to understand the importance and the possibilities of criticism of Social Theory in the context of the Anthropocene.

Keywords: Social Theory; Critical Theory; Anthropocene; Climate Changes.

¹ Herlaine Ferreira é bacharela em jornalismo e licenciada em Ciências Sociais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora PPGCSO/UFJF.

Introdução

O século XXI tem sido o período no qual a modernidade vivencia um complexo de crises cada vez mais frequentes. Entre elas, a crise climática é a única com a qual nunca lidamos antes, seja como ciência social seja como sociedade. No entanto, é um tema que exige um conjunto de soluções urgentes. Porém, os atuais mecanismos sociais e políticos não estão conseguindo agir de forma a reverter os danos causados e, em 2020, foram colocados à prova durante a pandemia da Covid-19.

As mudanças climáticas estão alterando os contornos da sociedade moderna e cabe às Ciências Sociais entrar nesse debate, ainda que com certo atraso. Nosso argumento central é que a teoria crítica precisa avançar rapidamente sua participação nas discussões ambientais interdisciplinares no Antropoceno. Assim, esse artigo tem como objetivo defender a atuação da teoria crítica na realização de um diagnóstico de tempo capaz de compreender as origens, a percepção e possíveis soluções para os problemas ambientais que enfrentamos. Para isso, primeiramente fazemos uma revisão teórica da teoria crítica percebendo a importância de sua adaptação às mudanças e crises sociais da modernidade, endossando a necessidade de uma participação ativa no cenário de crise climática. Em seguida defendemos o caráter de urgência na produção destes diagnósticos uma vez que vivemos tempos de aceleração tanto nos eventos sociais quanto nas mudanças climáticas. E por último apresentaremos o estado da arte dos mais proeminentes debates na teoria crítica em relação ao Antropoceno.

1. A Teoria Social Crítica e seu diagnóstico do tempo presente

No início da terceira década do século XXI não é mais possível negar que o mundo está em crise. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001 a constante sensação de crise se mantém através dos mais diversos eventos que marcaram as últimas décadas. Guerra do Iraque, crise da bolha imobiliária nos Estados Unidos, as diversas crises financeiras que se alastraram pelo mundo, as relações diplomáticas entre Estados Unidos e China, Brexit, crise do Euro, a volta da extrema direita no cenário político mundial, crise sanitária do CoronaVírus, a volta do Talibã ao poder no Afeganistão e a Guerra na Ucrânia são alguns exemplos.

Em meio a todos esses eventos, o mundo também vivencia a intensificação de crises sociais derivadas dos movimentos por emancipação, como a luta contra o racismo, o sexismo e o colonialismo (ou o neocolonialismo). As Ciências Sociais possuem um grande arsenal de teorias que buscam, ao longo de sua história, interpretar criticamente crises econômicas, políticas, sociais e também os movimentos emancipatórios. No entanto, é a primeira vez na modernidade que tanto a sociedade quanto as Ciências Sociais se voltam para a natureza e seu poder sobre a humanidade. Apesar de ser anunciada há décadas por cientistas, ambientalistas e ativistas, a crise climática só atingiu resultados práticos mais robustos no âmbito político recentemente, com o Acordo de Paris – em vigor desde 2016 e com mais de 200 países membros. No entanto, a situação se agrava a cada novo relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – o IPCC –, enquanto a busca por soluções ainda caminha a passos lentos. Tudo isso mostra o quanto os mecanismos sociais, políticos e econômicos estão aquém dos desafios que o problema ambiental impõe à modernidade.

Desta forma, cabe às Ciências Sociais manter atenção nos eventos correntes e buscar constante evolução para compreender os mecanismos que envolvem as questões do atual complexo de crises. Por isso, torna-se importante entender a dinâmica necessária para que a teoria social, em especial a teoria crítica, possa acompanhar os desafios do presente. Nosso argumento é que três fatores convergem na busca de uma teoria crítica mais atual: 1) A Teoria Social, de forma geral, sempre se renovou frente às mudanças sociais que precisavam ser compreendidas, sendo portanto o dinamismo uma característica da trajetória desta ciência na produção de diagnósticos de tempo; 2) as mudanças e as crises sociais acontecem de forma acelerada atualmente, o que pede da ciência um ritmo de evolução também maior; e 3) as crises atuais, em especial a ambiental, exigem uma teoria crítica atualizada a fim de que possa desempenhar modos de normatividade no Antropoceno.

1.1. O dinamismo da teoria social e da teoria crítica

Segundo Hans Joas (2017), o termo “teoria social” teria surgido no final do século XIX. Por um lado, a definição de “pensamento social” foi usada por um grupo, enquanto outro grupo o usava como forma de pensamento que atacava o individualismo ou que desejava transcendê-lo. Para Joas, do ponto de vista da sociologia profissional, que possui uma orientação mais empírica, a teoria seria uma “teoria empírica” com um nível mais alto

de generalidade, o que seria uma definição muito estreita. Ainda assim, os estudiosos se mantiveram “engajados no trabalho teórico de sentido mais amplo”, mantendo a utilidade da teoria tanto para construir hipóteses quanto para sustentar a identidade da disciplina (JOAS, 2017, p. 11).

Ao defender a “teoria” e sua utilidade nas ciências, o autor declara que ela é necessária e inevitável, pois “sem ela seria impossível aprender ou agir de modo consistente”. Apesar de não falarmos em “teorias” no nosso cotidiano, a utilizamos mesmo sem consciência do que estamos fazendo. Pois, “a construção de teorias e proposições generalizantes é um componente importante tanto da vida cotidiana como da ciência” (p. 19). Neste mesmo sentido, William Outhwaite (2017), entende a teoria social como produtora de uma concepção mais ampla a respeito dos acontecimentos sociais, englobando a ciência política, a economia, a sociologia e outras áreas do conhecimento. Em suma, a teoria social é essencial para compreender o mundo (OUTHWAITE, 2017. p. 9).

Durante o século XX a teoria social precisou se adaptar para dar conta das transformações e crises pelas quais o mundo passou. No caso da sociologia, por exemplo, suas formas de interpretações foram testadas e precisaram ser reformuladas na busca de compreensões mais eficazes. Segundo Peter Wagner (1995), a sociologia política insistiu na necessidade de coesão ao analisar identidades, práticas e regras na sociedade. O resultado dessa linha no pensamento sociológico pode ser colocado, segundo ele, numa genealogia que corresponde à forma como a questão foi tratada de dois diferentes modos. O primeiro entre 1890 e 1920 e o segundo entre 1968 e 1973. Em ambos, os critérios foram testados e remodelados pelas crises da modernidade, pois nestes períodos é possível observarmos as reformulações intelectuais como forma de refletir e agir criticamente sobre as transformações que a sociedade vivia.

Primeiramente, a sociologia clássica trabalhou sob a luz do discurso liberal na busca de entender as crises vividas pela sociedade na virada do século XIX para o século XX.

Os sociólogos clássicos dedicaram todo seu empenho analítico à investigação dos fenômenos que pudessem sustentar o desenvolvimento da sociedade. Teorias como a da “solidariedade orgânica”, e a da relação entre religião e princípios morais, como em Durkheim, das formas de dominação legítima e do “carisma”, em Weber, da classe política e da “circulação das elites”, em Pareto, foram o resultado dessas tentativas de reconceituar de modo moderadamente organizado as relações entre

práticas sociais ampliadas, identidades sociais e ordens políticas carentes de adaptação. (WAGNER, 1995)

Porém, as reavaliações dos sociólogos clássicos sobre a tradição liberal perderam sua capacidade de persuasão principalmente no período entre guerras. De um lado a Europa fragmenta o pensamento sociológico entre a teoria da ação e pesquisa social empírica, enquanto nos Estados Unidos a hegemonia na sociologia americana passa da Escola de Chicago para a Escola de Colúmbia, seguida pela pesquisa de políticas sociais, já nos anos 60. Wagner aponta, portanto, a descontinuidade como um aspecto básico da tradição sociológica. Percebemos, seguindo as observações genealógicas do autor, que a sociologia precisou reunir esforços na tentativa de buscar novas ferramentas, novos olhares, novos conceitos que conseguissem acompanhar as mudanças sociais, políticas e econômicas.

Ele argumenta que as crises da modernidade culminaram em ajustes na sociologia, uma vez que “a crítica sociológica começou por colocar em dúvida o modelo de sociedade bem arrumada que havia predominado na disciplina”. Ou seja, a sociologia, segundo ele, precisa realizar uma autocrítica para que consiga desempenhar seu papel frente às crises e mudanças sociais, fazendo por desenvolver seus métodos. Isso acontece porque a crítica sociológica, nestes momentos, coloca em dúvida o modelo predominante na disciplina. Sobre estes fenômenos internos ele destaca:

A crítica também reaproximou as atividades dos sociólogos das que realizam os seres humanos “comuns”. Ambos seriam, em princípio, capazes de controlar com maturidade tanto suas próprias atividades quanto as dos outros. A sociologia passou a ser vista como uma prática reflexiva, ela mesma parte integrante da sociedade que analisa. A eliminação da fronteira entre o discurso sociológico e o discurso leigo permitiu colocar em questão a própria possibilidade de uma ciência da sociedade. Foi nesse momento que emergiu o discurso sociológico sobre a pós modernidade. (WAGNER, 1995)

Temos, portanto, a trajetória de desenvolvimento da sociologia aliada a seu caráter crítico. A normatividade nas Ciências Sociais se tornou marcante principalmente através da teoria crítica. Neste campo, destacamos a importância da Escola de Frankfurt, ou o Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt, que reuniu um grupo de pensadores a fim de compreender a sociedade do início do século XX. Além de Adorno, Horkheimer, Fromm e Marcuse, outros pensadores também tiveram suas obras ligadas à teoria crítica desenvolvida pelo Instituto, como Benjamim e Kracauer. O início teórico do projeto foi baseado no marxismo, mas a união de intelectuais múltiplos somou fortes

influências das obras de Freud e Nietzsche, pensadores que mudaram a forma de ver a sociedade e refletir sobre o homem. Assim, os estudiosos unidos como frankfurtianos possuíam em comum o projeto filosófico e político de elaborar uma ampla teoria crítica da sociedade. Honneth (2020) identifica duas formas de teoria crítica nesta primeira geração: a versão funcionalista (desenvolvida especialmente por Horkheimer nos anos 1930) e a versão anti-funcionalista, normativista (defendida particularmente por teóricos mais ou menos marginalizados, como Erich Fromm e Walter Benjamin). A segunda postura apresenta uma forma crítica alternativa, pois percebe que a sociedade não pode ser entendida como um contexto total de ilusão, pelo contrário ela passa por diversas fraturas. Nesta descrição do social, os atores não são totalmente dominados, mas são capazes de fazer outras experiências não integráveis. (HONNETH, 2020, p. 12)

Para Seyla Benhabib (2018), a Escola de Frankfurt completa uma “revolução” que havia começado com Kant, cuja crítica estava a serviço da autonomia. Ao elaborar teoria tradicional e teoria crítica, baseado em Hegel e Lukács, Horkheimer coloca a “pesquisa crítica uma vez mais a serviço da autonomia e da emancipação” (BENHABIB, 2018, p. 5). E, ao contrário de Marx e Lukács, a Escola de Frankfurt não enxergava um sujeito capaz de pôr fim à alienação e à dominação social. O desenvolvimento pós-Escola de Frankfurt levou, segundo ela, a abordagens que se localizam entre a teoria crítica, a genealogia foucaultiana e a desconstrução derridariana. E, assim como Wagner, Benhabib destaca ainda que a teoria crítica se ocupa também em realizar a autocrítica, ou seja, criticar seus fundamentos e seus conceitos, na medida em que suas análises ficam aquém da evolução social e possuem dificuldades em lidar com a conjuntura que se propõe a analisar.

A continuidade do desenvolvimento e de ajustes da teoria crítica se manifesta então através da segunda geração. Neste momento, a racionalidade é novamente central no desenvolvimento que Jürgen Habermas faz ao elaborar a teoria da ação comunicativa, como contraconceito à ação instrumental e estratégica. Este quadro nos apresenta já a dinâmica essencial para o progresso da teoria crítica. É neste sentido que pensadores como Axel Honneth, Luc Boltanski, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi – representantes da terceira geração da teoria crítica – passam, não apenas a pontuar possíveis lacunas nas obras de seus antecessores, como a formular novos olhares na ciência. Enquanto Honneth propõe uma derivação à escola de Frankfurt com a “teoria do reconhecimento”, Boltanski busca uma alternativa à “sociologia crítica” de Bourdieu.

Honneth (2020) argumenta que esta evolução é característica da teoria crítica, pois também Habermas considerou que a primeira geração possuía uma limitação sociológica. “Adorno e Horkheimer criam uma imagem totalmente distorcida da sociedade, uma vez que não conseguem compreender que as pessoas agem comunicativamente e participam de práticas de justificação” (HONNETH, 2020). Da mesma forma que Habermas deu continuidade à teoria crítica através da inserção da teoria do agir comunicativo para interpretar a sociedade, Honneth busca não romper com o modelo de Habermas, mas sim desenvolver uma nova abordagem com o intuito de superar a “aporia da abordagem Habermasiana”.

Neste mesmo sentido, Jaeggi (2018) defende que a teoria crítica precisa abarcar a compreensão da economia como uma prática social. Para ela, os primeiros teóricos críticos, inspirados pela teoria lukácsiana de reificação, perceberam corretamente a economia de uma maneira ampla. Porém, a obra de Habermas, mesmo com sua enorme contribuição, “cristalizou uma visão na qual é necessário primariamente prestar atenção crítica à invasão do econômico em outras áreas da vida, enquanto a própria esfera econômica é retirada do âmbito da crítica”.

Percebemos então, que desde o final do século XIX, a teoria crítica se forma na busca de se capacitar a fim de realizar análises e críticas eficazes, continuando teorias existentes e suprindo as demandas novas ou não observadas anteriormente. O cenário atual imputa novamente à nossa ciência desafios para que possamos acompanhar as mudanças sociais contemporâneas. Caillé e Vandenbergue (2021) apresentam uma análise apontando algumas das dificuldades enfrentadas no momento. Segundo eles, é preciso “mais modéstia, ambição e esperança” para “alavancar a sociologia à altura dos desafios do tempo presente.” (CAILLÉ, VANDENBERGUE, 2021, p. 12-13). Os autores apontam quatro fragmentações que ampliam as dificuldades da teoria social atualmente, duas internas e duas externas.

A primeira seria entre o ensinar e o pesquisar, pois de um lado temos o ensinamento da sociologia clássica e contemporânea – que resulta numa visão “cela de aço” da modernidade e numa crítica estereotipada do capitalismo – e de outro, um treinamento direcionado à pesquisa empírica qualitativa e quantitativa exigido de pesquisadores e aprendizes da mesma forma. A segunda fragmentação “resulta dos conflitos e rixas entre escolas sociológicas” que não conseguem atingir um consenso sobre a essência da

disciplina. A terceira corresponde às divergências entre pesquisas extremamente empíricas que não dialogam com a sociologia e perspectivas puramente teóricas. O último ponto de fragmentação seria a distância entre as ciências sociais e as filosofias moral e política.

Desta forma, para eles, nosso desafio é o de pôr fim às rupturas e pensar em continuidades entre as disciplinas. Isso porque a avaliação do mundo presente requer diversos saberes que não se enquadram em “caixas”, daí a necessidade de comunicação entre as ciências. A interdisciplinaridade como forma de ensino, de pesquisa e conhecimento é uma defesa de longa data dentro da Teoria da Complexidade de Edgar Morin. Segundo Morin (2006), o aspecto menos elucidado na história das ciências é o isolamento das disciplinas, que intelectualmente necessitam ter seus espaços definidos, mas que também reconheçam e aceitem as ligações e solidariedades entre as áreas e até a interdependência das diversas ciências.

É importante pensarmos nas conexões e interdependências tanto das ciências como das crises atuais, em especial quando falamos em mudanças climáticas, para as quais a conexão entre os saberes é tão necessária. A busca de soluções para o problema ambiental envolve os conhecimentos que ligam ciências diversas e a comunicação entre os saberes de forma muito especial. Além disso, os impactos das transformações no clima são sentidos em diversas esferas e mecanismos sociais, o que requer conhecimentos advindos das mais diversas “caixas”. “Afinal, de que serviriam todos os saberes parciais senão para formar uma configuração que responda nossas expectativas, nossos desejos, nossas interrogações cognitivas?” (MORIN, 2006, p. 116).

Como vimos, a teoria crítica – como toda ciência – se formou e se reformulou ao longo de sua trajetória. Sua principal característica é se desenvolver para ampliar sua capacidade de interpretar a sociedade, suas transformações e suas crises, produzindo ferramentas para novos diagnósticos de tempo. A busca por novas teorias, pelo preenchimento das lacunas na disciplina, a formulação de novos conceitos, a comunicação entre as diferentes esferas do conhecimento científico e a atualização constante são preceitos de uma disciplina que tem como fim realizar uma crítica eficaz e operar sua normatividade contribuindo para o meio no qual se insere. Atualmente o cenário é de “crise geral”, quando muitas vertentes e interpretações de crises convergem. “O que enfrentamos não é ‘meramente’ uma crise econômica, nem uma crise ecológica, nem política ou social, por mais séria que cada uma delas possa ser em si e por si mesma. Trata-se, realidade, de

um ‘complexo de crise’ abrangente, no qual todas essas vertentes se juntam” (FRASER, JAEGGI, 2020, p. 43). Por isso, o cenário atual exige da teoria crítica uma autocrítica para que suas ferramentas de análise e pesquisa sejam capazes de entender o cenário presente e produzir críticas sociais eficazes.

1.2. Tempos de aceleração

O segundo ponto de nosso argumento é que os eventos sociais ocorrem em ritmo mais acelerado que anteriormente, por isso a análise de tais eventos requer adaptações também mais céleres que possam acompanhar a temporalidade das transformações e crises atuais. O pensamento de Hartmut Rosa (1965-) nos aponta a transformação das estruturas temporais da modernidade e mostra como elas impactam outras estruturas sociais no capitalismo, influenciando os atores sociais em ressonância.

Rosa (2019) trabalha na evolução de observações que já foram feitas por vários integrantes da teoria social, como Marx, que entendia que o princípio fundamental de todos os processos de modernização era baseado na forma capitalista de produção, que gerou uma forma historicamente nova de aceleração social (ROSA, 2019, p. 95). Estudos de Weber, Durkheim e Simmel também observaram as mudanças das estruturas temporais. O que todos perceberam foi que a modernidade tirou a base natural da contagem de tempo - predominante na Idade Média - e inaugurou a era do tempo coordenado pelas máquinas. Se antes a produção e o trabalho, principalmente nas colheitas, precisavam da espera do dia ou das estações, na modernidade essa espera foi reduzida para o tempo de atividade das máquinas, que não dependem da sazonalidade.

As consequências desta mudança na estrutura do tempo não ficaram restritas ao âmbito do trabalho. Outras estruturas sociais foram impregnadas pela aceleração desta contagem, que causa o que Rosa chama de “contração progressiva do presente”. Um exemplo dessa progressividade é a relação entre sequência geracional e os processos que fundamentam as transformações da estrutura e da cultura sociais. Na pré-modernidade essa transformação ocorria de forma completa de três a quatro gerações. Na modernidade, no entanto, o ritmo de transformação social passou a ocorrer em uma sucessão geracional cada vez mais curta. E atualmente o ritmo é intrageracional, ou seja, as mudanças sociais são vistas por uma mesma geração.

Para Rosa, a aceleração social pode ser dividida em três dimensões: técnica, da mudança social e do ritmo de vida. Estas dimensões se relacionam e se impulsionam, formando um “círculo aceleratório”, que representa a dissociação entre a racionalidade individual e coletiva, ou seja, a solução de um problema microsocial revela a causa num plano macrossocial (idem, p. 113). No entanto, essa dinâmica entre as três dimensões da aceleração não explica por completo o que de fato impulsiona todo o processo, uma vez que cada dimensão fundamenta uma escala mínima. Rosa, então, identifica que uma das forças motrizes externas que vinculam momentos de aceleração seja o “motor econômico”. Segundo ele, no capitalismo o tempo se torna dinheiro, ao passo que a aceleração se torna lucro. Com isso, a aceleração no campo de produção reflete inevitavelmente nas velocidades de circulação e consumo. Isso mostra o quanto a força de dinamização do motor econômico é irradiada por todos os campos sociais, sendo, portanto, o motor compreendido como “força propulsora primária”, principalmente da aceleração técnica (idem, p. 614). Para o autor, na era do capitalismo que vivemos, o desenvolvido sistema financeiro é um acelerador crítico e as mudanças cada vez mais rápidas. O resultado é uma busca, tanto coletiva quanto individual, por um crescimento que tem se tornado insustentável, uma vez que ignora esferas como a natureza.

O problema é que esse mesmo processo de ampliação do nosso alcance ou escopo, o processo de aceleração e crescimento incessante, começou a mostrar o seu lado ruim. Assim, no nível coletivo, parece que destruímos o mundo que queremos disponibilizar: a destruição de nosso ambiente natural é o oposto do que sonhamos e, por sua vez, a natureza se torna uma ameaça para nós. No nível individual, existe o perigo de o mundo ficar mudo, surdo e silencioso para nós sujeitos. Quando olhamos para a história cultural, sempre foi o grande medo da modernidade que o mundo em que vivemos morra de alguma forma para nós; que comece a parecer desencantado, frio, indiferente, talvez hostil, (...); que estejamos profundamente alienados dele. Nós aumentamos nosso domínio e nos mantemos sobre a natureza, a vida e o mundo, mas esses reinos então mudam seu caráter nesse mesmo processo. (ROSA, 2019.2, p. 5-6)

Em resumo, o ritmo da modernidade se apresentou baseado em mecanismos artificiais e alterou a estrutura temporal num processo crescente a partir da esfera econômica. O resultado desta aceleração dos eventos tanto fomentou os impactos ambientais – na busca pelo crescimento incessante – como nos apresenta uma sociedade cujos eventos ocorrem numa temporalidade mais célere que em outros períodos da modernidade.

Tal cenário exige uma análise com ferramentas também novas, uma vez que o arsenal da teoria crítica precisa evoluir de acordo com a complexidade das transformações e crises da sociedade a serem analisadas. No caso das mudanças climáticas, os eventos também estão em aceleração e se tornam mais evidentes nas últimas décadas, no período conhecido como Grande Aceleração. Os vetores analisados por cientistas apresentam, desde 1950, o avanço exponencial de índices preocupantes, nos quais coincidem o crescimento do sistema socioeconômico e o crescimento de sistemas que impactam a Terra. O resultado é, segundo o relatório do IPCC de 2018, o aumento da temperatura média do planeta em cerca de 1,0°C comparado com níveis pré-industriais (IPCC, 2018). A estimativa é de que o aquecimento global atinja 1,5 °C ou 2 °C nas próximas décadas, caso não aconteça uma forte redução na emissão de CO₂ (IPCC, 2021).

1.3. A teoria crítica no Antropoceno

"A teoria crítica deve ser também uma teoria de crises" (BENHABIB, 2018, p. 13) e, portanto, sua presença na análise da crise climática é fundamental. Ao vermos na primeira parte de nosso artigo a trajetória da teoria crítica e sua evolução frente às crises sociais do século XX e XXI, fica ainda mais evidente sua função em entender e produzir críticas efetivas no cenário atual. Assim, no que se refere às análises referentes aos impactos sociais, políticos e econômicos gerados pelas mudanças climáticas, é preciso fazer um balanço de forma mais delicada, uma vez que as ciências sociais se voltaram ao tema recentemente.

Uma das primeiras análises dos reveses sociais da modernidade surge na década de 1980, quando a teoria social abordou as consequências da industrialização através da obra *Sociedade de risco*, 1986, de Ulrich Beck. Assim como Bauman e Rosa, Beck percebeu que a modernidade, depois da globalização, passava por mudanças em suas estruturas sociais que identificariam uma nova etapa. A teoria da Sociedade de Risco consiste no conceito de um mundo que precisa lidar com as consequências das ações tomadas pela sociedade moderna na era industrial. Tais consequências são os efeitos colaterais, como a escassez dos recursos ambientais, por exemplo. Numa sequência a esta tese, considerada alarmista na época, Beck, então, dedica sua trajetória intelectual a apresentar uma teoria que fosse capaz de dar conta das alterações que a sociedade enfrentaria decorrente a tais riscos.

Um ponto central de sua tese é a simultaneidade de riscos, que agrupa três tipos de ameaça global: a destruição ecológica, a pobreza e os riscos decorrentes da NBC (nuclear,

biological, chemical) – as armas de destruição de massas. Em sua última obra *A Metamorfose do Mundo* (2015) (lançada inacabada devido sua morte durante a confecção do livro), Beck entendia que os eventos vivenciados pela humanidade não podem ser vistos como uma simples mudança, mas sim como uma metamorfose, afinal “mudança implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais – o capitalismo muda, mas alguns aspectos do capitalismo continuam como sempre foram. A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge” (idem, p. 15).

Um ponto importante apresentado no argumento mais maduro de Beck é quanto à percepção dos riscos, uma vez que para ele, existe uma “política de invisibilidade”, na qual o processo de fabricação da invisibilidade dos riscos é instrumentalizado. A isso se soma a indiferença aos riscos causados pela pobreza e pela carência, principalmente em países do capitalismo periférico, mostrando que a desigualdade amplia os efeitos dos riscos (BECK, 2010, p. 54). Para o autor, essa negação é um grande perigo, pois “não fazer nada ativamente é a estratégia política mais barata, eficaz e poderosa para ‘simular’ a controlabilidade de riscos incontrolláveis e catástrofes indefinidas, como a radiação e a mudança climática” (BECK, 2018, p. 133). Assim, ele nos apresenta um quadro no qual a ciência possui um importante papel em tornar os riscos atuais, como a crise climática, mais evidentes e levar a busca pelas soluções para o debate público.

Além de Beck, os estudos dentro da teoria social relacionados aos impactos da modernidade, no que se refere especificamente às mudanças climáticas, se intensificaram principalmente na virada de século. Neste período, o termo Antropoceno entrou no debate. Ele foi usado pela primeira vez pelo Prêmio Nobel em Química Paul Crutzen e pelo biólogo especialista em ciência marinha Eugene Stoermer em 2000, em um artigo publicado na revista *Nature*. Sua intenção foi designar a atual época geológica em que as atividades da humanidade têm impactado em escala global a geologia e a ecologia (CHAKRABARTI, 2013). O termo Antropoceno não é unanimidade ainda entre os cientistas, mas seu uso implica em si uma crítica, uma vez que une a descrição geológica “à percepção normativa dos riscos que a ‘grande aceleração’ apresenta para a vida no planeta” (MAIA, 2020, p.27). Coloca o homem como um agente geológico e sua estrutura social moderna como foco de análise crítica para a busca de soluções além das tecnocratas.

Analisando o quadro da crise climática e o comparando com as práticas humanas para contê-lo, não é difícil sugerir certa lentidão quanto à percepção do Antropoceno. No campo político os impasses para ações são muitos, afinal, como ressalta Chakrabart, “os governos, atrelados a interesses específicos e temerosos com custos políticos, não deram ouvidos” ao que dizem os cientistas há décadas (CHAKRABART, 2009. p. 3). Já a percepção filosófica tem encontrado algumas interpretações para crise. O próprio Chakrabart, ao sintetizar tais percepções em suas quatro teses, identifica a dificuldade do homem em se ver como espécie. Para o autor, ao lidar com a crise do Antropoceno, é preciso que se conheça a história humana não só a partir do desenvolvimento da escrita, mas que se entenda a “história profunda”, ou seja, a história do mundo antes dos registros humanos.

A relação do homem com o mundo também foi o tema do trabalho de Débora Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, que fizeram o que chamaram de “incursão pelas mitologias atuais dos fins do mundo e da humanidade” (DANOWSKI, CASTRO, 2014, p. 155). Para eles, o Antropoceno leva a “repercutir uma inquietação generalizada” quanto à sensação do advento do fim (idem, p. 13). Os autores defendem que haverá um rompimento com o ideal de Kant (homem voltado para o homem), o que impulsiona uma nova forma de o homem estabelecer sua relação com o mundo. Neste mesmo sentido, Latour (2014) separa a humanidade em dois olhares para a questão: Terranos e Humanos (ou Modernos). Para ele, os Terranos já estão conscientes do Antropoceno, enquanto os Humanos são negacionistas que acreditam que ainda vivem no Holoceno (LATOUR, 2014). No entendimento dele, o Antropoceno é uma guerra territorial, na qual os terranos estão na defesa de sua “terra” e são atacados por Humanos, que entram no campo da ciência para travar uma luta de discussão, com o objetivo puro de travar o conflito, “uma vez que o sucesso dos negacionistas não reside em vencer algum conflito, mas simplesmente se assegurar que o resto do público esteja convencido de que há um conflito” (idem, p. 16).

Latour acredita que seus oponentes, ou seja, os oponentes dos Terranos, estão mais preparados para essa “guerra”, visto que estão mais “versados no significado de palavras como ‘posse’ e ‘defesa das posses de cada um’” (idem, p. 25). Ele defende que a ciência, portanto, precisa estar atenta para lidar com a “mutação climática”, ou com a “luta” que se instala, dadas as diferentes formas de se relacionar com o planeta. Por isso, o esforço interdisciplinar nas ciências conjuntamente com uma teoria que englobe agentes, atores

econômicos, sociais, políticos, ideológicos e produtivos precisam formar uma *rede articulada* na produção de soluções.

A busca por soluções passa necessariamente pela percepção da questão. Segundo Delanty (2018), a “ciência social e a sociologia em particular não digeriram completamente a chegada do Antropoceno” (DELANTY, 2018, p. 374). Ele defende uma recuperação da sociologia histórica macrocomparativa focada nas grandes transformações históricas. Para ele, “a sociologia tem uma tarefa específica, a saber, oferecer aos públicos maneiras pelas quais as pessoas possam ver suas vidas através do prisma do mundo social mais amplo e da história mundial” (DELANTY, 2018). Neste mesmo sentido, Chernilo (2021) acredita que o Antropoceno emerge a necessidade de uma sociologia filosófica, com uma noção mais completa entre “o humano, a humanidade e incluindo a natureza humana que sustentam os debates políticos dentro e fora das ciências sociais” (CHERNILO, 2021, p. 42).

Chernilo argumenta que as teorias do Antropoceno são a forma mais antropocêntrica de pensar, uma vez que sua perspectiva e seu ponto de observação são totalmente centrados no homem e sua ação.

O motivo mais fundamentalmente antropocêntrico do Antropoceno é a trajetória implacável e irresistível que começou há milhares de anos com as primeiras formas de domesticação animal e a invenção da agricultura. Em seguida, deu lugar a inúmeras experiências de colonização sobre outros grupos humanos (o imperialismo vem em todas as formas e tamanhos) e, há cerca de três séculos, atingiu novos patamares ao completar o processo de colonização da própria natureza. Por fim, os avanços médicos e genéticos das últimas décadas também permitiram a colonização “interna” de nossos próprios corpos. Os poderes agregados da ação humana e a onipresença da racionalidade instrumental tornaram-se os dois marcadores centrais da ideia do humano na era do Antropoceno. (CHERNILO, 2021, p. 48-49)

Essa racionalidade instrumental, segundo ele, gera um ponto oposto, uma vez que a ação humana é a responsável não apenas pelo domínio da natureza como também pela destruição dessa mesma natureza e da sua própria espécie, como consequência. É o que ele denomina de paradoxo antropocêntrico. Tal capacidade autodestrutiva associada à incapacidade de controle da perspectiva egocêntrica, mesmo em momentos de crises como o atual, nos apresenta um quadro no qual “não há outra opção a não ser afirmar que a reflexividade humana implica apenas ação estratégica” (idem, p. 55).

Neste contexto, segundo Maia (2020), os modos de reflexividade são fundamentais para que as crises favoreçam a crítica. Dito de outro modo, uma crise terá seu resultado determinado pelos modos de reflexividade social e politicamente predominantes. Assim, é papel da teoria crítica tanto identificar as tendências de crise quanto as possibilidades de uma crítica mais efetiva. Isso se torna fundamental frente à crise climática, uma vez que as soluções em prol da continuidade da espécie humana dependem dos rumos que a presente crise resultará.

A interpretação da crise deve ir além da análise estrutural centrada nas condições e tendências de crise no capitalismo, compreendendo que sua atualização depende de uma análise mais sensível à especificidade de contextos históricos e à agência humana, evitando sobredeterminações. O conceito de crise, como referente teórico e como parte da linguagem comum dos agentes, auxilia a construção do recorte temporal, ajudando a combinar uma análise estrutural com uma narrativa dos eventos e sua temporalidade; a ideia de crítica, que também comporta uma certa continuidade entre posição do observador e a dos agentes, nos aproxima dos modos de reflexividade empregados para lidar com a crise. (MAIA. 2020. p. 13)

Assim, o desafio - tanto da sociedade quanto da teoria crítica - é desenvolver uma reflexividade que seja capaz de nos levar a soluções positivas ecológica e socialmente. Neste mesmo sentido, estaríamos vivendo uma modernidade reflexiva, como apontou Beck (2000). Na atualidade, a sociedade é confrontada com os reflexos de suas práticas e precisa refletir na busca de soluções. Tanto as mudanças no mundo atual quanto os processos de crise fazem com que o mundo seja mais reflexivo e produza críticas ativas. Tais críticas seriam as responsáveis por tornar possível saídas eficazes para as mudanças climáticas no Antropoceno.

Uma vez que, para Beck, o diagnóstico atual não é pessimista nem otimista, a modernidade reflexiva pode apresentar saídas emancipatórias e sustentáveis, a depender dos contornos que as diversas instituições derem às crises atuais. Ao que cabe à teoria crítica, a reflexividade se inicia pela autoconfrontação e continua através de sua função normativa com fins na evolução tanto de si própria quanto de seu objeto de estudo: a sociedade.

Conclusão

Observamos a necessidade de adaptação da teoria crítica ao cenário atual, para que seja possível realizarmos uma crítica das crises no presente, em especial as crises geradas pelas mudanças climáticas. Percebemos que tal adaptação é uma característica da teoria social, uma vez que precisou se desenvolver, através de críticas internas ao longo de sua história, para ser capaz de observar e criticar ativamente as transformações e crises que ocorrem na modernidade.

No entanto, o período atual nos apresenta uma dificuldade a mais na dinâmica necessária à nossa adaptação: a aceleração dos eventos. O ritmo da vida, das relações, das transformações e das crises impele a teoria crítica a se desafiar na busca por acompanhar os eventos sociais. No que diz respeito às mudanças climáticas, à tal aceleração é acrescido o fato de que as ciências sociais se voltaram tardiamente às consequências sociais derivadas dos impactos ambientais frutos da ação antrópica. Isso reflete na busca por arsenais que sejam capazes de dar conta de uma análise profunda e crítica o suficiente para entender o cenário e produzir modos de normatividade positivos.

Mesmo diante das dificuldades supracitadas, nós, cientistas sociais, precisamos nos envolver com o mundo presente, somar os conhecimentos específicos, nos comunicar com as demais ciências, dialogar com a sociedade, buscar caminhos políticos e econômicos por alternativas baseadas na ciência. As crises atuais demandam soluções não apenas rápidas como também efetivas nas mais diversas escalas e em todos os níveis, além de soluções meramente técnicas. No âmbito científico, as ciências sociais precisam aplicar sua normatividade atualizando e usando seu arsenal na crítica à modernidade na contribuição para um futuro possível à humanidade.

Referências

BECK, Ulrich. A metamorfose do mundo - novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 2018

_____. Sociedade de Risco – Rumo a uma nova modernidade. São Paulo, Ed. 34. 2010

_____. A reinvenção da política. Em Modernização reflexiva, política, tradição e estética na ordem social moderna. BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. Tradução Maria Amélia Augusto. Oeiras. Editora Celta, 2000. Disponível em http://cadeiras.iscte.pt/SDir/Beck_ModRefl_.pdf

BENHABIB, Seyla. Abaixo do asfalto está a praia: reflexões sobre o legado da Escola de Frankfurt. Portal Ateliê de Humanidades. 2018. Disponível em <https://ateliêdehumanidades.com/2019/02/18/abaixo-do-asfalto-esta-a-praia-reflexoes-sobre-o-legado-da-escola-de-frankfurt/> Acessado em 14 de novembro de 2020

BOLTANSKI, Luc, HONNETH, Axel. Sociologia da crítica ou Teoria crítica? Blog Sociofilo Disponível em <https://blogdolabemus.com/2019/06/10/sociologia-da-critica-ou-teoria-critica-luc-boltanski-e-axel-honneth-conversam-com-robin-celikates-parte-1/> Acessado em 16 de julho de 2020

CAILLÉ, Alain, VANDENBERGUE, Frederic. Por uma nova sociologia clássica: re-unindo Teoria Social, Filosofia Moral e os Studies. Tradução Bruno Gambarotto, Tiago Panica Pontes. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Sopro, n. 91, 2013

CHERNILO, Daniel. El “antropos” del antropoceno: interrogando los presupuestos humanistas y anti-humanistas de un programa científico Revista Novos Rumos Sociológicos, vol. 9, n. 15. Jan-Jul 2021. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/21667> Acessado em 03 de setembro de 2021.

DANOWSKI, Déborah, CASTRO, Eduardo Viveiros. Há um mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins. Florianópolis, Ed. Cultura e barbárie: Instituto Socioambiental. 2014

DELENTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno. Revista Sociedade e Estado v. 33, n. 2. 2018

FRASER, Nancy, JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. São Paulo, Ed. Boitempo. 2020

IPCC. Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. 2018

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 3, set-dez 20018

JOAS, Hans. Teoria social: vinte lições introdutórias. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis. Ed. Vozes. 2017

LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno.

Revista de Antropologia, USP, São Paulo, v. 57, n. 1. 2014

_____. Não existe sistema capaz de resistir à viralidade da ação política. El País. 24 de julho de 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-24/bruno-latour-nao-existe-sistema-capaz-de-resistir-a-viralidade-da-acao-politica.html> Acessado em 01 de setembro de 2020

MAIA, Felipe. O que pode a crítica diante da crise? Um ensaio sobre tendências de crise, pandemia e modos de reflexividade Revista REALIS, vol.10, n. 2, Jul-Dez 2020 Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/248521> Acessado em 05 de agosto de 2021

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

OUTHWAITE, William. Teoria social: um guia para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2017

ROSA, Hartmut. Aceleração – a transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo. Ed. UNESP. 2019

_____. Aceleração e ressonância: entrevista com Hartmut Rosa. Blog Labemus. Junho de 2019. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefndmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fblogdolabemus.com%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F06%2](https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefndmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fblogdolabemus.com%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F06%2)

F Acelera%25C3%25A7%25C3%25A3o-e-resson%25C3%25A2ncia_Entrevista-com-Hartmut-

Rosa_PDF.pdf&cflen=199469&chunk=true Acessado em 30 de outubro de 2021

WAGNER, Peter. A crise da modernidade – A sociologia política no contexto histórico Tradução Vera Pereira. ANPOCS, 1995. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefndmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.anpocs.com%2Fimages%2Fstories%2FRBCS%2Frbc31_02.pdf&cflen=137037&chunk=true Acessado em 03 de setembro de 2021